

Surgem divergências entre os bancos credores do Brasil

15 JAN 1988

por Paulo Sotero
de Washington

Seja qual for o desfecho da controvérsia aberta entre o Brasil, o comitê de bancos credores e o governo dos Estados Unidos sobre a decisão brasileira de não retomar o pagamento de juros de 1988 enquanto não houver um acordo mais duradouro de reescalonamento da dívida, o episódio já produziu uma consequência. De acordo com várias fontes bancárias, ele ampliou ainda mais o fosso que já separava o comitê, de um lado, e os bancos por ele representados, de outro.

Se, por um lado, o comitê sentiu-se desconfortável pela decisão do Brasil, a comunidade de bancos sente-se igualmente desconfortável não apenas pelas autoridades econômicas brasileiras como pelo próprio comitê.

Alguns bancos, disseram fontes financeiras, ficaram com a sensação de que foram induzidos a participar de empréstimo de US\$ 3 bilhões sem terem recebido dos bancos que os representam nas negociações uma visão clara e completa da posição do País em relação à volta dos pagamentos de juros.

O governo brasileiro, por sua vez, que decidiu atribuir tudo a um "mal-entendido", conforme disse na reunião o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, parece ter, também, razões de queixa contra o comitê.

O que o governo brasileiro chama de "mal-entendido" parece derivar de um fato até agora não revelado por nenhum dos lados. No dia 5 de novembro, o acordo já estava concluído mas ainda se trabalhava no seu texto final, o então negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, leu perante o comitê uma declaração para "reiterar os princípios fundamentais para a normalização de pagamentos".

"Para que sejamos capazes de dizer que os pagamentos de juros foram normalizados, será necessário completar o conjunto das negociações", disse Bracher, depois de classificar o "entendimento preliminar" que seria anunciado em sua forma final dali a seis dias "apenas um primeiro passo".

"Esses elementos estão claramente indicados nas

condições de desembolso de juros para o período entre março e setembro de 1987 (que só seria feito na efetivação do acordo de médio prazo, não antes de junho de 1988) e no telex (que o governo brasileiro enviou aos bancos) a respeito dos pagamentos de juros depois de 1º de janeiro de 1988".

"Não seremos capazes de ficarmos correntes (no pagamento de juros) a partir de 1º de janeiro sem o apoio da comunidade bancária, como dissemos em nosso telex aos bancos. Por isso, o Brasil e a comunidade financeira internacional devem enfrentar o duro trabalho que há pela frente e manterem-se cômicos das várias possibilidades envolvidas para que nós cheguemos ao objetivo pretendido", disse Bracher na ocasião.

A declaração preocupou os banqueiros que perguntaram se o governo brasileiro tinha a intenção de divulgá-la publicamente. A resposta foi negativa. Sabe-se, contudo, que que uma cópia da declaração brasileira foi enviada no mesmo dia ao Departamento do Tesouro.

Se seu conteúdo foi ignorado, tanto pelo comitê quanto por Washington, isso se deve a duas razões: A razão prática, do comitê, é que a divulgação da declaração dificultaria enormemente, se não inviabilizasse por completo, a venda do empréstimo-ponte. E isso precipitaria a reclassificação dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil.

A razão política, de Washington, é que, antes de fechar o "entendimento preliminar" com os bancos, exatamente para evitar a reclassificação, o governo brasileiro já havia sido informado pelo Tesouro americano das condições sob as quais o rebaixamento do crédito do País nos bancos norte-americanos, tecnicamente já decidido àquela altura, seria revertido. Os compromissos que o governo brasileiro teria assumido com Washington seriam, assim, anteriores à declaração de Bracher ao comitê. Essa declaração contrariava a essência do compromisso e foi, por isso, ignorada.

Caso o governo brasileiro e os bancos não sejam capazes de encontrar, agora, uma solução para o proble-

ma e as autoridades bancárias dos EUA comuniquem aos bancos a reclassificação do Brasil para "value impaired", o próprio mecanismo de negociação via comitê, que já está consideravelmente desgastado, ficará inviabilizado — previram banqueiros ouvidos por este jornal.

As recentes decisões de alguns bancos norte-americanos de grande porte de aumentar substancialmente em seus balanços suas reservas gerais contra perdas nos portfólios de empréstimos internacionais, colocando-as em níveis similares às reservas dos bancos europeus, são indicativas, segundo as fontes, de que os credores já perderam as esperanças de solução sem acidentes e começaram a se preparar para o pior.

No início da semana, o Security Pacific Corp., de Los Angeles, sétimo maior banco do país, aumentou suas reservas para 50% do seu risco nos países em desenvolvimento. No dia seguinte, a American Express Company seguiu o exemplo, aprovisionando mais US\$ 350 milhões às suas reservas. Na quarta-feira, três outros bancos, o

Continental Illinois, o First Interstate Bankcorp e National Westminster Bank USA fizeram anúncios semelhantes.

As reservas do Continental foram aumentadas em US\$ 200 milhões, passando a US\$ 840 milhões ou 50% de empréstimos para o Terceiro Mundo num total de US\$ 1,8 bilhão, dos quais o banco já registrou US\$ 103 milhões como prejuízo. O aprovisionamento adicional de US\$ 180 milhões, feito pelo First Interstate, elevou suas reservas para 53% do risco de US\$ 1,1 bilhão. O National Westminster USA passou a ter reservas iguais a 35% de seus empréstimos para países endividados depois de reforçá-las em US\$ 75 milhões.

Um executivo de um desses bancos disse, ontem, a este jornal que a decisão de vários credores de aprovisionar reservas os coloca em posição "de alocar reservas específicas para o Brasil caso as negociações fracassem e o ICERC (órgão do governo dos EUA que supervisiona a qualidade dos empréstimos internacionais dos bancos do país) reclassifique a dívida brasileira".